Everaldo

14 cap

O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

(Ensaio popular)

V. I. Lênin

Posfácio de Markus Sokol

Nova Palavra
Brasília
2007

Ficha técnica

Copyright desta edição ©Nova Palavra Editora

Título original: El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo

Capa: Cristiane Sauandaj e Vinicius Gomes Rocha, sobre cartaz de A.I. Strakhov, feito por ocasião da morte de Lênin.

Projeto gráfico e diagramação: Cristiane Sauandaj e Vinicius Gomes Rocha

Assistente de produção: Wandeir Ferraz

Tradução: José Eudes Baima Bezerra

Edição e preparação de texto: Edison Cardoni, Paulo Zocchi e Renina Valejo

Revisão: Francine Iegelsky

Notas da edição (N.Ed.): Alberto Handfas, Everaldo Andrade e Paulo Zocchi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lenin, Vladimir Il'ich, 1870-1924.
O imperialismo, fase superior do capitalismo : (ensaio popular) / V. I. Lênin ; [traduzido por José Eudes Baima Bezerra] ; posfácio de Markus Sokol. -- Brasília : Nova Palavra, 2007.

Título original: El imperialismo, fase superior del capitalismo (ensayo popular)
Bibliografia
ISBN 978-85-61030-00-1

1. Capitalismo 2. Imperialismo 3. Leninismo 4. Marxismo I. Sokol, Markus. II. Título.

07-7887 CDD-325.32

Índices para catálogo sistemático:
1. Imperialismo : Ciência política 325.32

Composto em Palatino Linotype 10/14 (texto), 7,5/8,5 (notas) e Nortell Networks Primary 11/14 (títulos); impresso em Pólen Soft 80 g/m² (miolo) e Cartão 250 g/m² (capa).

Impressão e acabamento: Bartira Gráfica e Editora S/A - São Paulo, outubro de 2007

1.000 exemplares

IX. CRÍTICA DO IMPERIALISMO

Entendemos a crítica do imperialismo, no sentido amplo da palavra, como a atitude das diferentes classes da sociedade perante a política imperialista, de acordo com a sua ideologia geral.

As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só a massa dos capitalistas, dos pequenos e médios empresários, e mesmo do menor dos patrões, por um lado, e, por outro lado, o aguçamento da luta pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países contra outros grupos nacionais de financistas, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. O sinal do nosso tempo é o entusiasmo "geral" pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra até mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China. Se os chefes daquilo a que agora chamam Partido "Social-Democrata" da Alemanha foram corretamente qualificados de "social-imperialistas", isto é, de socialistas de palavra e imperialistas de fato, Hobson já assinalava em 1902 a existência de "imperialistas fabianos"[163] na Inglaterra, pertencentes à oportunista "Sociedade Fabiana".

Os cientistas e os publicistas burgueses geralmente defendem

---

[163] Fabianos: membros da Sociedade Fabiana, organização reformista inglesa fundada em 1884. Negavam a luta de classe do proletariado e a necessidade da revolução socialista, afirmando que a transição para o socialismo se daria através de reformas e transformações paulatinas da sociedade (N. Ed.).

o imperialismo de uma forma um tanto encoberta, ocultando a dominação imperialista absoluta e as suas raízes profundas, procurando colocar em primeiro plano as particularidades e os pormenores secundários, esforçando-se por desviar a atenção do essencial por meio de projetos de "reformas" completamente desprovidos de seriedade, tais como o controle policial dos trustes ou dos bancos, entre outras propostas. São menos freqüentes as manifestações dos imperialistas cínicos, declarados, que têm o mérito de reconhecer o absurdo da idéia de reformar as características fundamentais do imperialismo.

Apresentaremos um exemplo. No *Arquivo da Economia Mundial*, os imperialistas alemães esforçam-se para acompanhar de perto os movimentos de libertação nacional das colônias, e, particularmente, como é natural, das colônias não-alemãs. Assinalam a efervescência e os protestos na Índia, o movimento em Natal (África do Sul), nas Índias Holandesas[164] etc. Um deles, num apontamento a propósito de uma publicação inglesa que informava sobre a Conferência de Nações e de Raças Dominadas, que se realizou de 28 a 30 de junho de 1910, e na qual participaram representantes de diversos povos da Ásia, África e Europa que se encontram sob dominação estrangeira, exprime-se assim ao comentar os discursos ali proferidos: "*É preciso lutar contra o imperialismo, dizem-nos. Os Estados dominantes devem reconhecer o direito à independência dos povos dominados. Um tribunal internacional deve velar pelo cumprimento dos tratados concluídos entre as grandes potências e os povos fracos. A conferência não vai além destes votos piedosos. Não vemos o menor indício de compreensão da verdade de que o imperialismo está indissoluvelmente ligado ao capitalismo na sua forma atual e que por isso* (!!) *a luta direta contra o imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos*"[165]. Como a regulamentação reformista das bases do imperialismo é um engano, um "voto piedoso", e como os elementos burgueses das nações oprimidas não vão muito longe, "avançando", os burgueses da nação opressora, "recuando", vão mais longe, para o servilismo em relação ao imperialismo, encoberto com pretensões "científicas". Bela "lógica"!

[164] Atual Indonésia. (N. Ed.)

[165] *Weltwirtschftlisches Archiv*, t. II, p. 193.

Será possível modificar, por meio de reformas, as bases do imperialismo? Será preciso avançar, aguçando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou recuar, atenuando essas contradições? Estas são as questões essenciais da crítica do imperialismo. Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional – conseqüências da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência–, a oposição ao imperialismo de cunho democrático pequeno-burguesa aparece em quase todos os países imperialistas no início do século 20. E a ruptura com o marxismo, por parte de Kautsky e de sua vasta corrente internacional, consiste exatamente em que Kautsky, além de não se preocupar e de não saber enfrentar essa oposição pequeno-burguesa, reformista, fundamentalmente reacionária do ponto de vista econômico, fundiu-se com ela, na prática.

Nos Estados Unidos, a guerra imperialista de 1898 contra a Espanha provocou a oposição dos "antiimperialistas", os últimos moicanos da democracia burguesa, que qualificavam essa guerra de "criminosa", consideravam anticonstitucional a anexação de terras alhèias, denunciavam como "um engano dos chauvinistas" a atitude para com Aguinaldo, o chefe dos filipinos nativos (depois de lhe prometerem a liberdade do seu país, desembarcaram tropas estadunidenses e anexaram as Filipinas), e citavam as palavras de Lincoln: "*Quando o branco se governa a si mesmo, isto é autonomia; quando se governa a si mesmo e, ao mesmo tempo, governa outros, isto já não é autonomia, é despotismo*"[166]. Mas toda essa crítica, de um lado, receava reconhecer os vínculos indissolúveis existentes entre o imperialismo e os trustes, e por conseguinte

[166] J. Patouillet, *L'impérialisme américain*, Dijon, 1904, p. 272.

entre o imperialismo e os fundamentos do capitalismo. De outro lado, receava unir-se às forças geradas pelo grande capitalismo e pelo seu desenvolvimento. Assim, tal crítica não era mais do que um "voto piedoso".

Tal é também a posição fundamental de Hobson na sua crítica ao imperialismo. Hobson antecipou-se a Kautsky ao erguer-se contra a inevitabilidade do imperialismo e ao invocar a necessidade de "*elevar a capacidade de consumo*" da população (sob o regime capitalista!). Mantém uma posição pequeno-burguesa na crítica do imperialismo, da onipotência dos bancos, da oligarquia financeira etc. Agahd, A. Lansburgh e L. Eschwege, que citamos repetidas vezes, e, entre os escritores franceses, Victor Bérard, autor de uma obra superficial que apareceu em 1900 com o título *A Inglaterra e o Imperialismo*, autores que não reivindicam o marxismo, opõem o imperialismo à livre concorrência e à democracia, condenam a aventura da ferrovia de Bagdá, que conduz à guerra, manifestam o "voto piedoso" de viver em paz etc. O mesmo faz A. Neymarck, cuja especialidade é a estatística das emissões internacionais, que, calculando as centenas de bilhões de francos de ações "internacionais", exclamava em 1912: "*Como é possível supor que a paz possa ser posta em perigo* (...) *diante de números tão expressivos, arriscar-se a provocar a guerra?*" [167]

Nos economistas burgueses, essa ingenuidade nada tem de surpreendente. Ainda mais é conveniente parecer tão ingênuo e falar sério... da paz sob o imperialismo. Mas o que sobra de marxismo em Kautsky quando, em 1914, 1915 e 1916, adota essa mesma posição burguesa reformista e afirma que "*todo mundo está de acordo*" (imperialistas, pseudo-socialistas e social-pacifistas) quando se trata da paz? Em vez de analisar profundamente e desvendar as contradições do imperialismo, só vemos o desejo piedoso-reformista de evitá-las, de ignorá-las.

Eis aqui uma pequena amostra da crítica econômica de Kautsky ao imperialismo. Tomando os dados das exportações e importações entre a Inglaterra e o Egito em 1872 e 1912, ele constata que cresceram num ritmo inferior ao total das importações e exportações da Inglaterra. Disto, Kautsky conclui: "*Não temos fundamento algum para supor que, sem a ocupação militar do Egito, o comércio com ele teria crescido menos, apenas sob a influência dos fatores econômicos.*" (...) "*A melhor maneira de o capital realizar a sua tendência para a expansão não é por meio dos métodos violentos do imperialismo, mas pela democracia pacífica.*" [168]

[167] *Bulletin de l'Institut Internacional de Statistique*, t. XIX, livro II, p. 225.

Este raciocínio de Kautsky, repetido em todos os tons pelo seu escudeiro russo (e defensor russo dos social-chauvinistas), sr. Spectator, é a base da crítica kautskista do imperialismo, e, por isso, devemos nos deter nele mais pormenorizadamente. Comecemos por citar Hilferding, cujas conclusões Kautsky declarou muitas vezes, como em abril de 1915, serem "*aceitas unanimemente por todos os teóricos socialistas*".

"*Não compete ao proletariado* – diz Hilferding – *opor à política capitalista mais progressiva a política passada da época do livre-câmbio e da atitude hostil para com o Estado. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro, ao imperialismo, não pode ser o livre-câmbio, mas apenas o socialismo. O objetivo da política proletária não pode ser atualmente a restauração 'da livre concorrência' – convertida, agora, num ideal reacionário –, mas unicamente a destruição completa da concorrência mediante a supressão do capitalismo*". [169]

Ao defender, para a época do capital financeiro, um "ideal reacionário", a "democracia pacífica", o "simples peso dos fatores econômicos", Kautsky rompeu com o marxismo, pois este ideal significa objetivamente um recuo do capitalismo monopolista para o capitalismo não-monopolista, ou seja, é um engano reformista.

O comércio com o Egito (ou com outra colônia ou semicolônia) "teria maior crescimento" sem a ocupação militar, sem o imperia-

[168] K. Kautsky, Nationalstaat, *Imperialistischer Staat und Staatenbund*, Nuremberg, 1915, p. 72, 70.

[169] Hilferding, op cit, p. 567.

lismo, sem o capital financeiro. Que significa isto? Que o capitalismo se desenvolveria mais rapidamente se a livre concorrência não fosse limitada pelos monopólios em geral, pelas "relações" ou pelo jugo (que também é monopólio) do capital financeiro e a dominação colonial por parte de alguns países?

Os raciocínios de Kautsky não podem ter outro sentido, mas este "sentido" é um contra-senso. Admitamos que sim, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, poderia desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que gera o monopólio. Ora, os monopólios já nasceram exatamente da livre concorrência! Mesmo se os monopólios refrearam atualmente o seu desenvolvimento, isto não é, contudo, um argumento a favor da livre concorrência, que se tornou impossível depois de ter gerado os monopólios.

Por mais voltas que se dê aos raciocínios de Kautsky, não se encontrará neles mais do que espírito reacionário, reformista, burguês.

Se corrigirmos esse raciocínio, e dissermos com Spectator que, hoje, o comércio das colônias inglesas com a metrópole progride mais lentamente do que com outros países, não salvaríamos Kautsky, pois a Inglaterra é superada *também* pelo monopólio, *também* pelo imperialismo, só que de outros países (os Estados Unidos, a Alemanha). Sabe-se que os cartéis conduziram a legislações aduaneiras protecionistas de um tipo original: protegem-se (como já notava Engels no tomo III de *O Capital*) precisamente os produtos exportáveis. Conhece-se o sistema, próprio dos cartéis e do capital financeiro, de "exportação a preço mínimo", o *dumping*, como dizem os ingleses: dentro do país, o cartel vende os seus produtos a um preço alto, ditado pelos monopólios, e, no exterior, vende-os a preço baixíssimo, com o objetivo de, entre outros fins, arruinar o concorrente e ampliar ao máximo a sua própria produção. Se a Alemanha desenvolve o seu comércio com as colônias inglesas mais rapidamente do que a Inglaterra, isso demonstra apenas que o imperialismo alemão é mais organizado, mais forte do que o inglês, mas não demonstra, de forma alguma, a "superioridade" do livre comércio, porque não se trata da oposição entre o livre comércio e o protecionismo ou a dependência colonial. Trata-se da oposição entre duas potências imperialistas rivais, dois monopólios, dois grupos do capital financeiro. A superioridade do imperialismo alemão sobre o inglês é muito mais decisiva do que a muralha das fronteiras coloniais ou das leis alfandegárias protecionistas. Concluir disso um "argumento" *a favor* do livre comércio e da "democracia pacífica" é dizer banalidades, escondendo os traços fundamentais do imperialismo. É a substituição do marxismo pelo reformismo pequeno-burguês.

É interessante notar que mesmo o economista burguês A. Lansburgh, que critica o imperialismo de uma maneira tão pequeno-burguesa quanto Kautsky, estudou mais cientificamente do que este os dados da estatística comercial. Lansburgh não comparou um país escolhido ao acaso e uma colônia, por um lado, e o restante dos países, por outro. Ele considerou as exportações de um país imperialista para: a) países que receberam empréstimos, e que, portanto, dependem financeiramente dele, e b) para os países financeiramente independentes. O resultado é o que se segue:

EXPORTAÇÕES DA ALEMANHA
(Em milhões de marcos)

Para países financeiramente dependentes da Alemanha			
Países	1889	1908	Aumento em %
Romênia	48,2	70,8	+47%
Portugal	19,0	32,8	+73%
Argentina	60,7	147,0	+143%
Brasil	48,7	84,5	+ 73%
Chile	28,3	52,4	+ 85%
Turquia	29,9	64,0	+114%
Total	234,8	451,5	+92%

Para países financeiramente independentes da Alemanha			
Países	1889	1908	Aumento em %
Grã-Bretanha	651,8	997,4	+ 53%
França	210,2	437,9	+ 108%
Bélgica	137,2	322,8	+ 135%
Suíça	177,4	401,1	+ 127%
Austrália	21,2	64,5	+ 205%
Índias Holandesas	8,8	40,7	+ 363%
Total	1.206,6	2.264,4	+ 87%

Lansburgh não fez a *soma* e, assim, estranhamente, não se deu conta de que se estes números comprovam alguma coisa, seria contra suas teses, pois, *apesar de tudo*, a exportação para os países financeiramente dependentes cresceu *mais rapidamente, ainda* que em pequena monta, do que a exportação para os países financeiramente independentes (enfatizamos o "ainda" porque a estatística de Lansburgh está muito longe de ser completa).

Referindo-se à relação entre a exportação e os empréstimos, Lansburgh diz:

"Entre 1890 e 1891, a Romênia contratou um empréstimo por intermediação de bancos alemães, que, nos anos precedentes, já tinham concedido adiantamentos por conta desse empréstimo. Ele financiou principalmente a aquisição de equipamentos ferroviários comprados da Alemanha. Em 1891, a exportação alemã para a Romênia foi de 55 milhões de marcos. No ano seguinte, caiu a 39,4 milhões e, gradualmente, diminuiu até 25,4 milhões em 1900. Só nestes últimos anos, por força de dois novos empréstimos, a exportação alemã para a Romênia voltou ao nível de 1891.

Em 1890, a exportação da Alemanha para Portugal chegou, em razão dos empréstimos de 1888 e 1889, a 21,1 milhões de marcos. Nos dois anos seguintes, desceu para 16,2 e 7,4 milhões, e só alcançou o seu antigo nível em 1903.

Os dados do comércio entre Alemanha e Argentina são ainda mais expressivos. Em conseqüência dos empréstimos de 1888 e 1890, a exportação para a Argentina atingiu, em 1889, o montante de 60,7 milhões de marcos. Dois anos mais tarde, esse valor era de apenas 18,6 milhões, isto é, menos de um terço. Só em 1901 o nível de 1889 é retomado e ultrapassado, graças a novos empréstimos contratados do Estado e das prefeituras alemãs, assim como ao adiantamento de fundos para a produção de eletricidade, entre outras operações de crédito.

A exportação da Alemanha para o Chile aumentou para 45,2 milhões de marcos (1892), em função do empréstimo de 1889. Um ano depois, esse valor caiu para 22,5 milhões. Após novo empréstimo, concedido por bancos alemães, em 1906, a exportação chegou a 84,7 milhões de marcos (1907), descendo de novo para 52,4 milhões em 1908." [170]

Lansburgh deduz destes fatos uma divertida moralidade pequeno-burguesa: como é inconsistente e desigual a exportação ligada aos empréstimos, como é ruim exportar capitais para o estrangeiro que deveriam fomentar a indústria nacional de modo "natural" e "harmônico", como ficam "caras", para a firma Krupp, as propinas de milhões e milhões que acompanham a concessão dos empréstimos estrangeiros, e por aí ele prossegue. Mas os fatos falam com clareza: o aumento da exportação está relacionado precisamente com as fraudulentas maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfola o boi duas vezes. Primeiro, é embolsado o lucro do empréstimo, e, depois, o lucro da venda de artigos da Krupp ou de material ferroviário do sindicato do aço, pagos com os fundos obtidos por esse mesmo empréstimo.

Repetimos que não consideramos, de forma nenhuma, a estatística de Lansburgh perfeita, mas era indispensável reproduzi-la, porque ela é mais científica do que a de Kautsky e de Spectator, já que Lansburgh indica uma maneira justa de abordar o problema. Para analisar a ação do capital financeiro no campo da exportação, é preciso desvelar a relação particular entre comércio exportador

[170] *Die Bank*, 1909, 2, p. 819 e segs.

e as maquinações dos banqueiros, bem como entre exportação e venda, especificamente, dos produtos dos cartéis. Limitar-se a uma comparação, em geral, entre as colônias e as não colônias, entre um imperialismo e outro, entre uma semicolônia ou colônia (Egito) e todo o resto dos países, significa escamotear justamente a essência da questão.

A crítica teórica do imperialismo que Kautsky faz não tem nada em comum com o marxismo; apenas serve como ponto de partida para preconizar a paz e a unidade com os oportunistas e os social-chauvinistas, porque deixa de lado e oculta precisamente as contradições mais profundas e fundamentais do imperialismo: as contradições entre os monopólios e a livre concorrência que existe paralelamente a eles, entre as "operações" gigantescas (e os lucros gigantescos) do capital financeiro e o comércio "honesto" no livre mercado, entre os cartéis e trustes, de um lado, e a indústria não cartelizada, de outro etc.

A famigerada teoria do "superimperialismo" inventada por Kautsky tem exatamente o mesmo caráter reacionário. Comparemos os seus raciocínios sobre este tema, em 1915, com os de Hobson, em 1902:

Kautsky: "*A política imperialista atual não poderá ser substituída por outra nova, superimperialista, que, em vez da luta entre capitais financeiros, estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Uma tal nova fase do capitalismo é, de algum modo, concebível. Ela ocorrerá? Não há ainda premissas suficientes para afirmá-lo*".[171]

Hobson: "*O cristianismo, que se consolidou num pequeno número de grandes impérios que federavam, cada um deles, colônias não civilizadas e países dependentes é, para muitos, o retrato da evolução lógica das tendências atuais. Tal evolução permitiria alimentar as maiores esperanças numa paz permanente fundada na base sólida de uma integração interimperialista*".

Kautsky qualifica de superimperialismo aquilo que Hobson qualificava, treze anos antes, de interimperialismo. Fora a possibilidade

[171] *Neue Zeit*, 30 de abril de 1915, p. 144.

da formação de uma nova e sapientíssima palavra mediante a substituição de um prefixo latino por outro, o progresso do pensamento "científico" de Kautsky reduz-se à pretensão de fazer passar por marxismo aquilo que Hobson descreve, essencialmente, como manifestação hipócrita dos padres ingleses. Depois da guerra Anglo-Boer, era natural que esta respeitável casta se esforçasse para consolar os pequeno-burgueses e operários ingleses, que choravam a perda dos seus nas batalhas sul-africanas e que, além disso, tiveram de arcar com a elevação dos impostos para manter os altos lucros dos banqueiros ingleses. E que melhor consolo do que a idéia de que o imperialismo não era assim tão mau, que, afinal, se estava perto do inter ou superimperialismo, capaz de garantir a paz permanente? Quaisquer que fossem as boas intenções dos padres ingleses ou do delicado Kautsky, objetivamente, o verdadeiro sentido social da sua "teoria" é exclusivamente o consolo arqui-reacionário das massas, destilando a possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo, desviando sua atenção das agudas contradições e dos grandes problemas da atualidade, orientando-as para um obscuro futuro, numa pretensa nova etapa superimperialista. A teoria "marxista" de Kautsky nada traz além da mistificação das massas.

Com efeito, basta comparar fatos notórios, indiscutíveis, para nos convencermos da falsidade das perspectivas que Kautsky tenta inculcar nos operários alemães e no proletariado internacional. Tomemos o exemplo da Índia, da Indochina e da China. Sabe-se que essas três colônias e semicolônias, com uma população entre 600 e 700 milhões de habitantes, encontram-se submetidas à exploração do capital financeiro de várias potências imperialistas: Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos etc. Suponhamos que esses países imperialistas formem alianças opostas entre si, com o objetivo de defender ou alargar as suas possessões, os seus interesses e as suas "áreas de influências" na região. Essas alianças seriam "interimperialistas" ou "superimperialistas". Suponhamos que todas as potências imperialistas constituam uma aliança para a partilha "pacífica" desses países asiáticos: essa será uma aliança do "capital financeiro unido internacionalmente". Na história

do século 20, encontramos casos concretos de alianças desse tipo como, por exemplo, a união destas mesmas potências nas suas relações com a China. Será "concebível", considerando a manutenção do capitalismo (condição que Kautsky pressupõe), que essas alianças não sejam de curta duração? Será "concebível" que eliminem as fricções, os conflitos e a disputa, sob todas as formas possíveis e imagináveis, entre as potências?

Formulada com clareza, a questão não pode ter outra resposta que não seja negativa, pois, sob o capitalismo, não há outra base para a partilha das áreas de influência, dos interesses, das colônias que não seja a força de quem participa na divisão, a força econômica, em geral, nos seus múltiplos aspectos: financeiro, militar etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica da mesma forma, pois, no capitalismo, o desenvolvimento das diferentes empresas, trustes, ramos industriais e países é *desigual*. Há meio século, a força da Alemanha era irrelevante, se comparada com a da Inglaterra. O mesmo se constata na comparação entre Japão e Rússia. Será "concebível" que, dentro de dez ou vinte anos, a correlação de forças entre as potências imperialistas permaneça invariável? É absolutamente inconcebível.

Por isso, as alianças "interimperialistas" ou "superimperialistas", no mundo capitalista real, e não na vulgar fantasia pequeno-burguesa dos padres ingleses ou do "marxista" alemão Kautsky, só podem ser, *inevitavelmente*, "tréguas" entre guerras, não importa a forma que assumam, de uma coligação imperialista contra outra, ou de uma aliança geral de todas as potências imperialistas. As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras, condicionando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não-pacífica, sobre uma *única e mesma* base de relações imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais. E o sapientíssimo Kautsky, para tranqüilizar os operários e os reconciliar com os social-chauvinistas passados para o lado da burguesia, separa os elos de uma única e mesma cadeia, separa a atual aliança pacífica de *todas* as potências (que é superimperialista e até mesmo "muito" superimperialista) – montada para "pacificar" a China (não se esqueça do esmagamento da insurreição dos boxers) – da guerra de amanhã, que, por sua vez, preparará, para depois de amanhã, uma nova partilha "pacífica", digamos, da Turquia etc. Em vez da ligação viva entre os períodos de paz e de guerras imperialistas, Kautsky oferece aos operários uma abstração morta, a fim de se reunificar com os seus chefes degenerados.

O estadunidense Hill indica, no prefácio à sua *História da Diplomacia no Desenvolvimento Internacional da Europa*, os seguintes períodos da história recente da diplomacia: 1) era das revoluções; 2) movimento constitucional; 3) era atual do "imperialismo comercial"[172]. Outro escritor divide a história da "política externa" da Grã-Bretanha, a partir de 1870, em quatro períodos:

1) primeiro período asiático: luta contra o movimento da Rússia, na Ásia Central, em direção à Índia;

2) período africano (de 1885 a 1902, aproximadamente): luta contra a França pela partilha da África (incidente de Fachoda em 1898, que quase originou uma guerra com a França[173]);

3) segundo período asiático: aliança com o Japão contra a Rússia;

4) período "europeu", caracterizado principalmente pela disputa com a Alemanha."[174]

"As escaramuças políticas dos destacamentos de vanguarda

[172] David Jayne Hill, *A History of the Diplomacy in the international development of Europe*, vol. I, p. 10.

[173] O Incidente de Fachoda opôs britânicos e franceses na disputa por territórios no sudeste do Sudão, na África. O Sudão era controlado, na segunda metade do século XIX, pelo Egito, ocupado, por sua vez, por tropas britânicas desde 1882. Em 1885, a Conferência de Berlim sela a partilha da África entre as potências. Mas, neste mesmo ano, uma revolta nacionalista no Sudão, chefiada pelo líder islâmico Mahdi (Muhammad Ahmed bin'Abd Allah), expulsa os estrangeiros do país. O regime de Mahdi vai durar até sua morte, em 1998. É então que as potências resolvem avançar sobre o território sudanês. Tropas francesas tomam Fachoda, hoje Kodok, às margens do alto rio Nilo, ponto estratégico da região, mas vêem-se confrontadas ao Exército Britânico, que chega ao local semanas depois. Enquanto as potências negociam, e os soldados esperam, cresce a pressão britânica. A Marinha do Reino Unido faz exercícios diante da costa francesa, enquanto os britânicos mostram-se irredutíveis e prontos a entrar em guerra para defender o domínio que consideram legítimo sobre todo o Sudão. Por fim, os franceses retiram-se humilhados. Nos acordos de paz subsequentes, a França vê, em troca, reforçado o seu controle sobre territórios no Saara ocidental (N.Ed.).

[174] Schilder, op cit, p.178.

travam-se no terreno financeiro", escrevia já em 1905 Riesser, "personalidade" do mundo bancário, indicando como o capital financeiro francês preparou, com as suas operações na Itália, a aliança política desses países, ou como se desenvolvia a disputa da Alemanha com a Inglaterra pela Pérsia, ou ainda, a luta de todos os capitais financeiros da Europa pelo privilégio de conceder empréstimos à China. Tal é a realidade viva das alianças "superimperialistas" pacíficas, inseparáveis dos conflitos simplesmente imperialistas.

A atenuação que Kautsky faz das contradições mais profundas do imperialismo, e que se transforma inevitavelmente no seu embelezamento, incide na crítica que faz aos aspectos políticos do período imperialista. O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, portador da tendência para a dominação, e não para a liberdade. Esta tendência resulta na reação em toda a linha, seja qual for o regime político, e na extrema exacerbação das contradições também na esfera política. São particularmente intensificadas a opressão nacional e a tendência às anexações, isto é, a violação da independência nacional (com efeito, a anexação implica diretamente na violação do direito das nações à autodeterminação). Hilferding tem razão ao destacar a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional: "*No que se refere aos países recentemente descobertos, o capital importado intensifica as contradições e provoca, contra os invasores, uma crescente resistência dos povos, despertando a consciência nacional. Esta resistência pode facilmente transformar-se em represálias contra o capital estrangeiro. Revolucionam-se completamente as velhas relações sociais, o isolamento agrário milenar das 'nações à margem da história' é destruído, arrastadas que são para o redemoinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona, pouco a pouco, aos oprimidos, os meios para a sua emancipação. Então, estas nações colocam-se o objetivo que, no passado, foi o das nações européias: a criação de um Estado nacional, instrumento da liberdade econômica e cultural. Este movimento independentista ameaça o capital europeu nas suas zonas de exploração mais preciosas e promissoras. Nestas circunstâncias, o capital europeu só pode manter a dominação ao custo do aumento contínuo de suas forças militares*".[175]

Há que acrescentar que, não só nos países de exploração recente, mas também nos mais antigos, o imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, conseqüentemente, provoca a intensificação da resistência. Ao negar que o imperialismo intensifica uma política reacionária, Kautsky esconde uma questão particularmente importante: a impossibilidade da unidade com os oportunistas na época do imperialismo. Opondo-se às anexações, o faz revestindo seus argumentos da forma mais inofensiva e mais palatável aos oportunistas. Kautsky fala ao leitor alemão, e, contudo, oculta precisamente o mais essencial e mais atual, por exemplo, que a Alsácia-Lorena[176] é uma anexação da Alemanha. Para entender esse "ato falho" de Kautsky, tomemos um exemplo. Imagine-se que um japonês condene a anexação das Filipinas pelos Estados Unidos. É lícito perguntar: quantos verão nisto uma oposição às anexações, em geral, e não o desejo do Japão de, ele mesmo, anexar as Filipinas? Não se deve admitir que a "luta" do japonês contra as anexações só pode ser sincera, e politicamente honesta, se ele se pronunciar também contra a anexação da Coréia pelo Japão, apoiando o direito da Coréia de se separar do Japão?

Tanto a análise teórica como a crítica econômica e política que Kautsky faz do imperialismo encontram-se totalmente impregnadas por um espírito absolutamente incompatível com o marxismo, que consiste em ocultar e apagar as contradições imperialistas mais essenciais. A crítica de Kautsky está marcada pela vontade de manter a todo o custo, no seio do movimento operário europeu, uma unidade podre com o oportunismo.

---

[175] Hilferding, op cit, p. 487.

[176] Alsácia-Lorena, províncias francesas anexadas pela Alemanha após a Guerra Franco-Prussiana de 1870, e restituídas à França em 1918 (N. Ed.).

X. O LUGAR DO IMPERIALISMO NA HISTÓRIA

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina, por si só, o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e exclusivamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Assinalemos, particularmente, quatro traços essenciais do monopólio, isto é, suas manifestações mais distintivas, próprias do período estudado.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção que atingiu um grau muito elevado do seu desenvolvimento. São as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos patronais e os trustes. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século 20, atingiram completo predomínio nos países avançados. Se os primeiros passos rumo à cartelização foram dados pelos países protecionistas, com altas tarifas alfandegárias (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre comércio, mostrou, um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: os monopólios nascem da concentração da produção.

Segundo: os monopólios aguçaram a luta pela conquista das maiores fontes de matérias-primas, sobretudo para a indústria de base, que é, também, a mais cartelizada da sociedade capitalista: a indústria carbonífera e siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agravou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram, transformaram-se em mono-

polistas do capital financeiro. Três a cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário e concentraram em suas mãos somas de vários bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. Uma oligarquia financeira que tece uma densa rede de relações de dependência sobre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea, sem exceção: trata-se da manifestação mais evidente desse monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Às muitas "velhas" motivações da política colonial, o capital financeiro acrescentou a disputa pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas "áreas de influência" (isto é, as zonas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc.) e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências européias na África, por exemplo, ocupavam 10% do continente, como era o caso, ainda, em 1876, a política colonial podia prescindir do monopólio. Reinava, por assim dizer, a "livre conquista" de territórios. Mas quando 90% da África entrou na posse das grandes potências (por volta de 1900), quando já se concluíra a partilha do globo, a era da posse monopolista das colônias tornou-se um imperativo, engendrando, em conseqüência, uma luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

É de conhecimento geral o grau em que o capital monopolista aprofundou todas as contradições do capitalismo. Basta lembrar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Este agravamento das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico transitório inaugurado pela vitória definitiva do capital financeiro mundial.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes, tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a caracterizá-lo como

capitalismo parasitário ou em estado de decomposição.

É cada vez mais relevante a tendência do imperialismo à formação de "Estados" rentistas, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais às custas da exportação de capitais e do "corte de cupons de títulos". Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não. Certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, ora uma, ora outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez muito maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual, como a desigualdade tem uma expressão particular na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

No que se refere à rapidez do desenvolvimento econômico da Alemanha, Riesser, autor de um estudo sobre os grandes bancos alemães, diz: "*A expansão, que não foi lenta, do período precedente (1848 a 1870), está para o veloz desenvolvimento atual do conjunto da economia alemã, mas, sobretudo, dos bancos (1870 a 1905), como as diligências dos bons e velhos tempos estão para o automóvel moderno, cuja velocidade representa um perigo, tanto para o pedestre descuidado como para seus próprios ocupantes*". Por sua vez, tudo o que desejaria esse capital financeiro – que cresceu com uma extraordinária rapidez, e justamente por isso – seria usufruir de forma "tranqüila" da posse de colônias das quais ele vai se apoderar, nem sempre por meios pacíficos, a cargo das nações mais ricas. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento econômico tem sido, nestas últimas décadas, ainda mais rápido do que na Alemanha. Justamente por isso, os traços parasitários do capitalismo estadunidense atual são mais notórios. Por outro lado, a comparação, por exemplo, entre a burguesia republicana estadunidense e a burguesia monárquica japonesa ou alemã mostra que as maiores diferenças políticas se enfraquecem na época do imperialismo. E não porque essa diferença não seja importante, em geral, mas porque, em todos esses casos, o parasitismo marca fortemente essas burguesias.

Ao auferir elevados lucros monopolistas, os capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países, criam a possibilidade econômica de subornar, temporariamente, certos setores operários e mesmo uma minoria importante da classe, atraindo-a para a defesa dos interesses do empresariado desse ramo da indústria ou dessa potência imperialista, contra seus concorrentes. O acentuado antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Assim cria-se a ligação entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou, em primeiro lugar e de uma forma mais clara, na Inglaterra, pois aí os traços do desenvolvimento imperialista manifestaram-se com antecedência de vários anos. Há escritores, por exemplo, L. Mártov[177], que se comprazem em negar a ligação entre o imperialismo e o oportunismo no movimento operário – fato, agora, especialmente evidente – por meio de argumentos impregnados de "otimismo oficial" (ao modo de Kautsky e Huysmans), tais como: a causa dos adversários do capitalismo seria uma causa perdida se o capitalismo avançado resultasse no reforço do oportunismo, ou se os operários mais bem remunerados se inclinassem para o oportunismo etc. Não nos enganemos quanto ao sentido desse "otimismo": é um otimismo que respeita o oportunismo e que o dissimula. Na realidade, o crescimento particularmente rápido e odioso do oportunismo não lhe garante de modo nenhum uma vitória duradoura, do mesmo modo que o desenvolvimento veloz de um abcesso purulento num corpo sadio apenas acelera sua maturação e sua eliminação e a cura do organismo. O maior perigo, neste sentido, são as pessoas que não querem compreender que a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo.

De tudo o que dissemos sobre a natureza econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. Neste sentido, é extremamente instrutivo o fato de os economistas burgueses, ao descreverem o capitalismo moderno, empregarem palavras tais como "entrelaçamento", "ausência de isolamento" etc. Os bancos são "*empresas que, pelos seus fins e pelo seu desenvolvimento, não têm um caráter estrito de economia privada, e escapam cada vez mais da esfera da regulação econômica puramente privada*". E esse mesmo Riesser, autor destas últimas palavras, declara, com a maior seriedade do mundo, que as "profecias" dos marxistas a respeito da "socialização" "não se cumpriram"!

Que significa então a palavra "entrelaçamento"? Exprime unicamente o traço mais notório do processo que está se desenvolvendo diante de nós. Demonstra que o observador fala das árvores, mas não vê a floresta. Ele reproduz servilmente o que é exterior, acidental e caótico, esmagado pelos dados brutos, incapaz de apreender deles o sentido e o significado. Posse de ações e relações entre proprietários privados "entrelaçam-se acidentalmente". Mas o fundo desse entrelaçamento, o que está por detrás dele, são as relações sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa transforma-se em empresa gigante e passa a controlar sistematicamente, com base em cálculos que envolvem grande número de dados, o abastecimento de ⅔ ou ¾ das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza o transporte sistemático dessas matérias-primas para os pontos de produção mais adequados, às vezes, situados a centenas e milhares de quilômetros um do outro; quando, centralizadamente, se controla todas as fases da transformação da matéria-prima, resultando numa enorme variedade de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos a dezenas e a centenas de milhões de consumidores efetua-se segundo um plano único (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo truste estadunidense *Standard Oil*), fica evidenciado que nos deparamos com uma socialização de produção, e não com um mero "entrelaçamento". Aqui se percebe que as relações

[177] L. Mártov (1873-1923). Um dos fundadores da social-democracia russa, colaborou com Lênin na redação do jornal Iskra (A Centelha). Com a ruptura de 1903, tornou-se um dos principais dirigentes e teóricos dos mencheviques. Foi membro do Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado após fevereiro de 1917 até a Revolução de Outubro. Após breve colaboração com os bolcheviques, hostiliza o Poder dos Sovietes e termina se exilando em Berlim, a partir de 1920, onde morre (N.Ed.).

estabelecidas entre a economia privada e a propriedade privada constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo, e que esse invólucro inevitavelmente se decomporá se a sua supressão for adiada artificialmente, podendo permanecer em estado de putrefação durante um período relativamente longo (no pior dos casos, caso a cura do tumor oportunista se prolongar demasiadamente), mas que, nem por isso, deixará de ser inevitavelmente suprimido.

Schulze-Gaevernitz, admirador entusiasta do imperialismo alemão, exclama: "*Se, afinal, a direção dos bancos alemães encontra-se nas mãos de uma dúzia de pessoas, a sua atividade já é, hoje, mais importante para o bem público do que a atividade da maioria dos ministros*" (aqui, é mais vantajoso esquecer o "entrelaçamento" existente entre banqueiros, ministros, industriais, rentistas etc.). (...) "*Se refletirmos, até o fim, sobre o desenvolvimento das tendências que apontamos, concluiremos que: o capital-dinheiro da nação está unido nos bancos; os bancos, por sua vez, estão unidos entre si no cartel, enquanto que o capital de investimentos da nação tomou a forma de títulos.*

Cumprem-se, assim, as palavras geniais de Saint-Simon[178]*: 'A anarquia atual da produção, fruto da ausência de regulação uniforme das relações econômicas, deve dar lugar à organização da produção. A produção não será dirigida por empresários isolados, independentes uns dos outros, que ignoram as necessidades econômicas dos homens. A produção repousará nas mãos de uma instituição social determinada. O comitê central de administração, a partir de um ponto de vista mais elevado, poderá observar a vasta esfera da economia social, estabelecendo uma regulação conforme as necessidades de toda a sociedade. Esta administração central entregará os meios de produção a mãos qualificadas, e cuidará, sobretudo, da observância de uma harmonia constante entre a produção e o consumo. Há instituições que incluíram, entre suas tarefas, uma determinada organização da atividade econômica: os bancos.'*

[178] Saint-Simon, Henri-Claude (1760-1825). Socialista utópico francês (N. Ed.).

Estas palavras de Saint-Simon estão longe ainda de se cumprir, mas caminhamos nessa direção. Será um marxismo diferente do que Marx imaginava, mas diferente apenas na forma".[179]

Trata-se, sem dúvida, de uma excelente "refutação" de Marx, que recua da análise científica exata de Marx para o terreno da genial conjectura de Saint-Simon, que, apesar da genialidade, não deixa de ser uma conjectura.

Escrito de janeiro a junho de 1916. Publicado pela primeira vez em meados de 1917, como livro, em Petrogrado.

[179] *Grundrisss der Sozialökonomik*, p. 146.